



ACÓRDÃO Nº447/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12137/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Eduardo Jorge de Oliveira Alves (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Lynneu Francisco Campos - OAB/AM 6789
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 487/2023-MPC/EMFA, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do Sr. **Eduardo Jorge de Oliveira Alves**, Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Sr. **Eduardo Jorge de Oliveira Alves**, Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo



ACÓRDÃO Nº447/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE.

- 10.3. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Ausência de Parecer do Controle Interno nas fases internas dos procedimentos licitatórios do COARIPREV;

10.3.2. Manifestação do Controle Interno somente no primeiro pagamento da execução contratual;

10.3.3. Não segregação de funções quando da designação de Fiscal de Contratos;

10.3.4. Ausência de remessa de aposentadorias e pensões via sistemas E-Contas;

10.3.5. Ausência de divulgação de informações referentes aos processos licitatórios e contratos no Portal da Transparência do Instituto de Previdência de Coari;

10.3.6. Demora desproporcional na tramitação e desfecho dos processos de aposentadoria;

10.3.7. Ausência de parecer de controle interno nos processos de aposentadoria e de pensão;

10.3.8. Excesso de servidores com vínculo precário e a ausência de concurso público no Instituto Municipal de Previdência de Coari (COARIPREV).

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Março de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº447/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral